

CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: OS DISCURSOS DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A ARQUEOLOGIA DA AMAZÔNIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI¹

SCIENCE, EDUCATION AND PRESERVATION OF ARCHAEOLOGICAL HERITAGE: THE MEDIA DISCOURSE ABOUT THE ARCHEOLOGY OF AMAZON AT THE BEGINNING OF THE XXI CENTURY

Maria Lúcia Sabaa Srur Morais²
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Museu Paraense Emílio Goeldi³
malumorais@hotmail.com
Brasil

Resumen

El artículo presenta los resultados de un estudio sobre los principales discursos articulados por los actores sociales durante la cobertura periodística realizada en la Arqueología en Amazonía a comienzos del siglo XXI. Desde la metodología del Análisis del Discurso, el estudio analizó 50 textos periodísticos publicados sobre el tema en el período 2000-2004. El estudio identifica dos vertientes discursivas principales: el *Discurso Científico*, articulado por investigadores; y el *Discurso de Preservación del Patrimonio Arqueológico*, de autoría de una diversidad de actores.

Palabras clave: comunicación, discurso, arqueología, amazonía.

Abstract

The article presents results of a study about the main discourses articulated by the social actors during the journalistic cover carried out on the Archeology in the Amazon, at the beginning of the XXI century. From the perspective of Discourse Analysis, the study analyzed 50 journalistic texts published on the theme in the period 2000 to 2004. The study identified two main strands: the *Scientific Discourse*, articulated by researchers; and the *Discourse of the Archeological Heritage Preservation*, played by different actors.

Key words: communication, discourse, archeology, amazon.

(Recibido el 09/01/09)
(Aceptado el 08/06/09)

¹ Trabalho resultante de pesquisa desenvolvida no período de Março de 2006 a Fevereiro de 2007, no Serviço de Comunicação Social do Museu Paraense Emílio Goeldi. O estudo faz parte do sub-projeto "Temáticas Amazônicas – Dossiês Comentados e Qualidade da Informação sobre Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente", que integra o projeto "Temáticas Amazônicas: Dossiês Comentados e Qualidade da Informação sobre Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente". A orientação da pesquisa é da jornalista Jimena Felipe Beltrão, que também coordena o projeto no Museu Goeldi.

² Jornalista, formada pela Universidade Federal do Pará (UFPA), é bolsista do CNPq, no projeto, cujo objetivo é promover, junto à sociedade, o interesse por temas científicos a partir da socialização do conhecimento produzido pela instituição.

³ Localizado na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, o Museu Paraense Emílio Goeldi é a instituição científica mais antiga da Amazônia, com 142 anos completados em 2008. Vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, a instituição tem a missão de produzir e difundir conhecimentos e acervos sobre os sistemas naturais e socioculturais da Amazônia.

Introdução

Ciência que “estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo, a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade” (Funari, 1988: 22), a Arqueologia, praticada na Amazônia, foi o objeto principal de estudo que identifica os principais discursos articulados pelos atores sociais durante a cobertura jornalística realizada entre os anos de 2000 a 2004.

A análise de 50 textos jornalísticos⁴, incluindo artigos, matérias e editoriais, publicados no início do século XXI, em jornais, revistas e mídias eletrônicas, revela os principais temas noticiados, nesse período, sobre a Arqueologia na Amazônia - Pesquisa Arqueológica, Democratização de Conhecimento e Acervos Arqueológicos e Preservação do Patrimônio Arqueológico – que são abordados, na imprensa escrita, local e nacional, a partir de duas vertentes discursivas.

No texto jornalístico, o Discurso Científico se constitui em uma prática “de significação do mundo” (Fairclough, 2001: 91) pois, ao democratizar os conhecimentos e acervos produzidos por essa ciência, contribui para a produção de sentidos sobre as populações ancestrais. Já o Discurso da Preservação do Patrimônio Arqueológico denuncia, nas páginas dos jornais, a destruição desse patrimônio e revela, entre outros aspectos, disputas relacionadas a sua gestão e conservação.

A análise aponta ainda para a existência de um discurso emergente sobre a Educação Patrimonial, que defende a integração entre a população local e o patrimônio arqueológico, através da educação. Esse discurso também se constitui em modo de ação e de significação do mundo, na medida em que possibilita aos atores sociais “agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros” (Fairclough, 2001: 91).

Atores sociais e a cobertura jornalística sobre Arqueologia

De acordo com Wolf (1995), os veículos de comunicação de massa organizam suas redes de fontes a partir das exigências dos procedimentos produtivos dentro das redações, como sua capacidade de fornecer informações legítimas, verdadeiras; e sua proximidade social e geográfica em relação aos jornalistas. Para Wolf (1995: 200), “as fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade (...) correspondem melhor do que as outras às necessidades organizativas das redações”.

A consolidação de determinadas fontes na rotina jornalística também reflete a estrutura social e de poder existente. De fato, aqueles que detêm o poder econômico, político ou científico ou que estejam ligados a instituições, organismos oficiais e a grupos de poder, têm mais acesso aos jornalistas e são mais acessíveis a estes, do que o cidadão comum. Para Wolf (Ibid), “as fontes que se situam à margem destas duas determinações, muito dificilmente podem influir, de forma eficaz, na cobertura informativa”. Mas a seleção das fontes também é fator no processo. E ela, a seleção, é feita pelos profissionais da informação.

O cenário descrito por Wolf se confirma, no caso em estudo, na medida em que pesquisadores e gestores públicos – fontes oficiais que detêm o conhecimento científico e o poder político-administrativo, respectivamente, sobre o patrimônio arqueológico na região – se constituíram nas principais fontes de informação para os jornalistas. Por outro lado, as populações indígenas, que se situam à margem dos grupos de poder, pouco são mencionados, menos ainda consultados como fontes na cobertura. De fato, essa categoria social foi praticamente silenciada⁵ durante a cobertura sobre Arqueologia, mesmo quando se constituíram no foco central das discussões.

⁴ Os textos analisados abordam diversos temas relacionados ao universo da Arqueologia na Amazônia e fazem parte da Base de Dados de Informações Jornalísticas sobre a Amazônia (BDIJAm), que trata e armazena material jornalístico produzido e selecionado pela Serviço de Comunicação Social (ACS) do Museu Paraense Emílio Goeldi.

⁵ O silêncio é um elemento fundamental do discurso. Sobre o assunto, conferir Orlandi, E.P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 4ª Edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

Nos 50 textos jornalísticos sob análise, são cerca de 90 as fontes, classificadas em seis grandes categorias de atores sociais ou comunidades discursivas. De acordo com Maingueneau (2000: 29), “entende-se por *comunidade discursiva* os grupos sociais que produzem e administram um certo tipo de discurso”. Esta noção pode ser aplicada em dois domínios distintos: o dos enunciadores de um mesmo tipo de discurso: “... (jornalístico, científico...), que partilham um certo número de modos de vidas, de normas, etc.”; e “para os enunciadores que dependem de posicionamentos diferentes (um jornal, um partido político, uma escola científica...) num mesmo campo discursivo e que se distinguem pela maneira segundo a qual se organizam”. No caso em estudo, a análise dos atores sociais priorizou a identificação dos produtores dos discursos, também chamados de sujeitos ou protagonistas do discurso.

A predominância numérica dos pesquisadores como fontes de informação, representando 66% dos entrevistados, é um dado relevante para a compreensão da produção de notícias e de discursos sobre uma temática tão específica como a Arqueologia. De fato, nada melhor que uma fonte especializada para falar sobre um assunto específico. No caso da ciência arqueológica, não é diferente. Ademais, o acesso a essa categoria social que, às vezes, possui o apoio – logístico e financeiro - de empresas, órgãos públicos e instituições de pesquisa, é bem mais fácil do que o contato com outras categorias sociais que podem e devem ser ouvidas sobre o assunto, como as populações indígenas.

Os gestores públicos também formam categoria social com significativa participação na cobertura midiática, contribuindo com 13% das entrevistas realizadas no período. As populações tradicionais, os representantes de organizações não-governamentais, do setor empresarial e os profissionais liberais formam outras categorias sociais presentes, em menor escala, na cobertura.

O resultado aponta que, por serem as principais fontes de informação, os pesquisadores acabam por se constituir nos principais sujeitos ou protagonistas dos discursos sobre a Arqueologia. A predominância do especialista sobre o burocrata é outro dado importante revelado pelo estudo, pois assegura, em parte, a qualidade da informação fornecida pelas fontes.

Os textos jornalísticos revelam uma ampla participação dos pesquisadores em diferentes fatos e acontecimentos relacionados à Arqueologia na Amazônia, como a realização de pesquisas e salvamentos arqueológicos nessa área, a descoberta de sítios arqueológicos, a denúncia da destruição do patrimônio arqueológico, a curadoria de grandes exposições vinculadas ao tema, entre outras atuações.

Os gestores públicos e as populações tradicionais, representadas principalmente pelos povos indígenas, atuaram no debate sobre a preservação e gestão do patrimônio arqueológico. De fato, a participação das populações indígenas - ligadas essencialmente as suas origens e culturas ancestrais - é pequena, mas significativa, pois revela a existência de conflitos e interesses relacionados à gestão, conservação e compartilhamento de benefícios oriundos desse patrimônio.

As organizações não-governamentais também tiveram participação expressiva na descoberta de vários sítios arqueológicos na região, contribuindo tanto para a realização de novas pesquisas e descobertas quanto para a preservação e conhecimento desse patrimônio. Já os representantes do setor empresarial atuaram principalmente na realização das grandes exposições, que marcaram esse período, e no financiamento de ações de educação patrimonial na região.

Os Discursos

O estudo revela a predominância de duas grandes vertentes discursivas na cobertura jornalística sobre a Arqueologia na Amazônia realizada período de 2000 a 2004. Identificada como Discurso Científico, a primeira vertente predomina nas matérias que abordam a Pesquisa Arqueológica, sendo articulada por pesquisadores. Já a segunda vertente, intitulada Discurso da Preservação do Patrimônio Arqueológico, engloba as disputas relacionadas à conservação

e ao gerenciamento do patrimônio arqueológico na Amazônia. Inserido na segunda vertente, foi identificado ainda um discurso emergente vinculado exclusivamente à Educação Patrimonial.

O Discurso Científico sobre a Arqueologia na Amazônia

Articulado por pesquisadores – atores sociais que compõem a comunidade discursiva especializada, a científica - em textos sobre Pesquisa Arqueológica, o Discurso Científico, enquanto forma de ação e prática social, revela, ao leitor, as diferentes etapas da prática arqueológica, como a descoberta, o estudo e o salvamento de vestígios materiais e de sítios arqueológicos, contribuindo assim para a democratização e a produção de sentidos sobre os conhecimentos e acervos produzidos por essa ciência.

Enquanto prática política, o Discurso “estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder” (Fairclough, 2001: 94). Tal constatação não difere no Discurso Científico, articulado pelos pesquisadores, já que o mesmo acaba por legitimar a atuação dessa categoria social, na medida em que valoriza o conhecimento produzido pelos especialistas.

Se, por um lado, o conhecimento científico é valorizado pela sociedade o que explica, em parte, a predominância dos pesquisadores como fontes de informação para a imprensa, o mesmo não ocorre em relação ao conhecimento tradicional acumulado pelas populações indígenas sobre os vestígios arqueológicos de seus antepassados.

De fato, enquanto prática ideológica, o Discurso, incluindo o Científico, também “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (Fairclough, 2001: 94). E, no caso da Arqueologia, isso também contribui para a legitimação do conhecimento produzido pela ciência na Amazônia. E, as páginas dos jornais revelam fragmentos da disputa sobre a gestão e a produção de significados sobre o patrimônio e artefatos arqueológicos, seja através dos discursos ditos ou silenciados, seja através do conhecimento que é ou não valorizado, por ser científico ou indígena.

A predominância dos pesquisadores como fontes de informação comprova o fato de que os cientistas são os principais protagonistas do Discurso Científico construído sobre a Arqueologia. No contexto da Pesquisa Arqueológica, o Discurso Científico é articulado, pelos especialistas da área, com o objetivo de apresentar, à sociedade, os resultados de seus estudos realizados na Amazônia. É o caso, por exemplo, da arqueóloga Gilma d’Aquino, do Museu Paraense Emílio Goeldi, que examinou durante dois anos o acervo da instituição “para investigar os usos sociais do fumo aliados ao processo material de produção dos cachimbos (...) resgatados em sítios arqueológicos da Amazônia” (O fumo... 2002).

Em outra matéria, publicada no *Jornal da Ciência* (Pesquisa arqueológica... 2003), o Discurso Científico ajuda a explicar o objetivo central da pesquisa realizada pelo arqueólogo Fernando Luiz Tavares Marques, também do Museu Goeldi, no centro histórico da capital paraense: “revelar elementos que resgatam a época em que Belém era um pequeno povoado e devolver ao Forte do Presépio sua identidade como marco inicial da história da cidade”.

O Discurso Científico também está presente nas notícias sobre salvamentos arqueológicos. A cobertura jornalística revela a existência de vários contratos de salvamento arqueológico na região, como o Programa de Salvamento e Monitoramento de Sítios Arqueológicos no Traçado da Alça Viária que, iniciado em 2001, “realizou o salvamento de quatro sítios impactados diretamente ou indiretamente pela construção da Alça Rodoviária, empreendimento do governo estadual que integra a região metropolitana de Belém ao sul do Pará” (Goeldi conclui... 2002: 5). Segundo o pesquisador Fernando Luiz Tavares Marques, que coordenou o programa de salvamento, “os sítios históricos teriam sido assentamentos indígenas e importantes fazendas do período colonial”. Ainda segundo Marques, os sítios “foram fortemente afetados pelas obras de construção do sistema rodoviário”, o que revela a preocupação da pesquisa em relação à preservação desse patrimônio.

Ao informar sobre as práticas arqueológicas, o Discurso Científico também contribui para a democratização da Arqueologia, de seus objetos de estudo, de sua rotina de pesquisa. Além disso, o Discurso Científico é construído com outras finalidades, como a valorização de

determinada cultura a partir da produção de sentidos sobre ela. É o que acontece em matéria publicada em *O Liberal* (Cultura tapajônica... 2001: 1), na qual “a importância da cultura tapajônica no contexto do trabalho arqueológico é exaltado pela pesquisadora” norte-americana Ana Roosevelt. Na matéria, a pesquisadora afirma que “a cultura tapajônica, na época final da pré-história, alcançou um nível cultural muito grande, ainda desconhecido e sem prova, mas acho que era uma das maiores e mais importantes do mundo”.

Na matéria, a pesquisadora defende a teoria de que a América fora habitada por várias culturas com diferentes níveis de costumes e conhecimentos. De acordo com a arqueóloga, “a teoria de que só existiam caçadores de mamute perambulando não é mais aceita no mundo acadêmico”. Ela afirma ainda que “a existência de culturas regionais se sobrepõe às teorias que querem generalizar a sobrevivência do homem em uniformidade e grandes espaços”. De fato, podemos concluir que o Discurso Científico é a base argumentativa das novas teorias sobre as origens da ocupação humana na Amazônia, como veremos a seguir.

Teorias sobre as Origens da Ocupação Humana na Amazônia

Composto por informações de cunho científico, o Discurso Científico está presente nos argumentos que explicam as mais recentes teorias sobre a gênese da ocupação humana na Amazônia. É através desse mecanismo que novas hipóteses sobre a ocupação humana na Amazônia ganham legitimidade perante a opinião pública. São estudos recentes, que defendem a idéia de que, antes da chegada dos europeus, a Amazônia já “abrigava sociedades numerosas e complexas, tanto do ponto de vista social quanto tecnológico” (Amazônia da... 2003: 3).

Em matéria (Pesquisa revolucionária... 2001, nº 117) sobre estudos arqueológicos realizados desde 1983, em grutas localizadas na Serra de Carajás, sul do Pará, o arqueólogo Marcos Magalhães, do Museu Goeldi, busca legitimar, através do Discurso Científico, nova teoria sobre as origens da ocupação humana nessa região. Segundo o texto jornalístico, a pesquisa “tenta mostrar a possibilidade concreta de se construir um modelo sócio-político, vinculado ao modo de vida humano desenvolvido na floresta tropical amazônica”.

Na matéria, o pesquisador defende a idéia de complexidade social e cultural das populações ancestrais da região, na medida em que “a manipulação dos diversos ambientes amazônicos, pela atividade humana, seria bastante antiga e intensa”. Segundo Magalhães, “a floresta tropical, mesmo há milhares de anos, nunca foi um fator restritivo para o progresso dos homens que viveram nela”.

Outro estudo, realizado no Parque Indígena do Xingu, nordeste de Mato Grosso, por pesquisadores brasileiros e americanos, defende a hipótese de que “a Amazônia, da época de Colombo, abrigava sociedades numerosas e complexas, tanto do ponto de vista social quanto tecnológico” (Amazônia da... 2003: 3). Nos textos jornalísticos, o arqueólogo Michael Heckenberger, da Universidade da Flórida, que coordenou a pesquisa, defende, através do Discurso Científico, a existência de sociedades complexas durante a pré-história amazônica. De acordo com o pesquisador, “não era um império inca ou romano, mas havia muitas sociedades da época, mesmo na Europa, que não eram tão complexas quanto essa” (Amazônia da... 2003: 3).

Outra hipótese defendida é a da interação sustentável entre o homem e a natureza, como revela a fala do antropólogo Carlos Furtado, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que afirma ter “evidências claras de que as sociedades da época alteraram significativamente a cobertura vegetal”. O pesquisador afirma ainda que: “Muita gente pensa na Amazônia como uma floresta virgem, intocada, mas não é bem assim. Muitas partes são fruto de uma interação entre fatores naturais e atividades humanas” (Amazônia da... 2003: 3).

Observa-se, assim, uma parcela de textos jornalísticos que se reportam a estudos que sugerem a existência de sociedades complexas na Amazônia, dando voz a uma visão diferenciada da Arqueologia até, recentemente, admitida. Verifica-se ainda a produção de sentidos, baseada no Discurso Científico, que busca legitimar essa hipótese.

O Discurso da Preservação do Patrimônio Arqueológico

A afirmação de Foucault de que o discurso não traduz apenas as lutas ou os sistemas de dominação, mas também “aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (2004: 10), contribui para o entendimento das diferentes disputas existentes com relação ao gerenciamento, apropriação, conservação, estudo e restauro do patrimônio arqueológico na região amazônica. Além do Discurso Científico, outra grande vertente discursiva também marcou a cobertura jornalística sobre a Arqueologia na Amazônia: o Discurso da Preservação do Patrimônio Arqueológico.

De acordo com Fairclough (2001), todo discurso possui uma relação ativa com a realidade, contribuindo, dessa forma, para a produção, transformação e reprodução dos objetos e sujeitos da vida social. E é essa ligação com os fatos que integram a realidade e o cotidiano amazônico, que caracteriza boa parte dos argumentos que compõe esse discurso.

De fato, o Discurso da Preservação do Patrimônio Arqueológico, presente nos textos jornalísticos em estudo, busca anunciar, modificar ou denunciar fatos e ações, segundo indicam os teóricos da AD, que interferem na gestão e conservação do patrimônio arqueológico da região, pois é construído a partir dos seguintes acontecimentos ou fatos da realidade local: a descoberta acidental de sítios e artefatos arqueológicos; a destruição desse patrimônio; e a comercialização ilegal de peças arqueológicas.

Matéria publicada em *O Liberal* (Urnas pré-históricas... 2001: 6) ilustra como ocorre a destruição do patrimônio arqueológico na Amazônia. O texto jornalístico denuncia a destruição de cerca de 300 urnas mortuárias pré-históricas em Manaus (AM), “durante um trabalho de terraplenagem feito pela Secretaria de Habitação do governo do Estado do Amazonas”. Ainda segundo o texto, “o local, onde está sendo construído um conjunto de casas populares, pode abrigar um dos maiores sítios arqueológicos da Amazônia, ainda pouco conhecido, segundo técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan)”.

Outra forma de perda do patrimônio histórico, apontada nos textos jornalísticos em estudo, é a comercialização ilegal de peças e artefatos arqueológicos. Em matéria publicada no jornal *O Paraense* (Pilhagem na... 2002), a arqueóloga Denise Pahl Schaan denuncia a aquisição ilegal de peças de cerâmica Marajoara, pertencentes à União, por particulares. Segundo a pesquisadora, o problema da preservação dos sítios é antigo naquela região. “No século XIX, os museólogos iam lá e retiravam as peças exclusivamente para colecionar”, relata.

A pesquisadora vai além ao explicar que, do ponto de vista científico, as coleções em mãos de particulares representam prejuízo para o interesse público, haja vista que “depois que as peças são retiradas do sítio arqueológico, muita informação se perde, ficamos sem o registro científico. Também existem cuidados específicos com as peças que os colecionadores não devem estar tomando”.

A pesquisadora do Museu Goeldi, Edithe Pereira, também é fonte em duas matérias sobre o assunto. No texto publicado em *O Liberal* (Quadrilhas saqueiam... 2004: 5), Edithe confirma a existência de um mercado internacional de tráfico de peças marajoaras para museus e coleções particulares da Europa e Estados Unidos. “Há notícias até de um leilão em Nova York com peças marajoaras”, informa a pesquisadora que denuncia a ação dos fazendeiros da região. “Nos chegamos notícias de que muitas vezes os próprios fazendeiros escavam suas terras ou contratam pessoas. Já houve notícias até de aviões que pousaram em fazendas para levar coleções inteiras”, relata.

Já o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão público responsável pela gerência e preservação do patrimônio arqueológico nacional, apresenta uma opinião diferente em relação à atuação dos fazendeiros do Marajó. Diz o texto jornalístico (Pilhagem na... 2002) que “para o Instituto, fica subtendido que os fazendeiros que mantêm essas coleções são guardiões do patrimônio”, como explica o superintendente do Iphan, Luiz Severino da Silva. Para a autoridade a apreensão dessas peças não é a maneira “mais construtiva” de se resolver o problema. “O que tentamos fazer é transformar essas pessoas que fizeram coleções em aliados da pesquisa e da preservação. Nem sempre conseguimos, é verdade”, ressalva.

Na opinião do gestor público, “quando as pessoas coletam peças arqueológicas, colocam o conhecimento sobre o nosso passado em risco”. Por isso, “as pessoas têm que entender que, fora dos sítios, as peças só têm mesmo valor museológico, perdem o valor arqueológico”. Ainda segundo o superintendente do Iphan, a peça arqueológica “é apenas a materialização de uma realidade humana que não existe mais. Mas as pessoas enxergam a peça só na sua beleza, não em seu valor histórico”. O discurso articulado pelo gestor público é contraditório pois, ao mesmo tempo em que mostra preocupação com relação à perda desse patrimônio, que é da nação, tenta justificar a omissão do Poder Público e, mais especificamente, da instituição responsável pela preservação desse patrimônio, que é protegido por lei.

Além dos pesquisadores, outros atores sociais demonstram preocupação sobre a perda do patrimônio arqueológico. A organização não-governamental Grupo em Defesa do Marajó (GDM) é autora de denúncias sobre o saque aos sítios arqueológicos da região. Segundo o presidente do GDM, Theo Azevedo, nos municípios das ilhas “correm” muitas notícias de escavações ilegais. “Ele diz que em 1990 uma quadrilha levou mais de 70 peças de um cemitério indígena da comunidade de Rebordelo, na ilha de Caviana” (Quadrilhas saqueiam... 2004: 5). Segundo Azevedo, atualmente há sítios arqueológicos preservados nos municípios de Chaves, Muaná e Ponta de Pedras, mas “todos eles correm o risco de serem destruídos se não houver fiscalização”.

A análise do material jornalístico e a identificação de discursos sobre Arqueologia também revelam a existência de conflitos relacionados à gestão, conservação e apropriação do patrimônio arqueológico da Amazônia. Em matéria do *Diário do Pará* (Obras ameaçam... 2004: 4), que alerta para os riscos que o centro histórico de Belém (PA) estaria correndo em virtude de obras de revitalização de duas praças⁶ localizadas na área, verifica-se uma disputa entre diferentes segmentos do poder público pelo gerenciamento e restauro do patrimônio histórico da cidade. O texto jornalístico afirma que, “a desatenção da Fundação Cultural de Belém (Fumbel) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) pode causar perdas irreparáveis para a memória da cidade”. A matéria ressalta ainda que “os responsáveis pelas obras no centro histórico de Belém podem estar ignorando a riqueza arqueológica da cidade, guardada no subsolo dos bairros da Campina e Cidade Velha”.

As denúncias são feitas pelo arquiteto Euler Arruda, membro do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA - Pará), que, há cerca de 15 anos, coordenou as escavações nas ruínas da fortaleza de “São Pedro Nolasco”, também situada no centro histórico de Belém. Segundo o arquiteto, “o trabalho foi fundamental para que esse prédio fosse preservado e incorporado ao acervo arquitetônico e histórico da cidade”. Com relação às obras em andamento, Arruda explica que, “há risco de perder um vasto material arqueológico, tanto do período pré-histórico, como os vestígios dos índios Tupinambás, como em relação às construções e objetos deixados pelos primeiros colonizadores, chegados aqui no início do século 17”.

Em defesa do poder público, a arquiteta Silvana Lima, chefe da Divisão Técnica do Iphan, argumenta que os projetos de restauração de praças “não prevêm nada mais profundo, como escavações ou coisas do gênero”. Já o coordenador da unidade executora do Projeto Monumenta em Belém, Antônio Carlos Lobo Soares, assegura na matéria que “qualquer ação complementar de prospecção arqueológica futura terá o devido acompanhamento técnico”.

A análise revela que o Discurso da Preservação do Patrimônio Arqueológico, presente nas denúncias do arquiteto Euler Arruda sobre possíveis danos ao patrimônio arqueológico do centro histórico de Belém, evidencia uma disputa política, entre diferentes segmentos do poder público, sobre quem estaria mais “apto” a gerenciar e restaurar o patrimônio histórico e arquitetônico da cidade: se o governo estadual, à época, comandado pelo PSDB⁷, responsável pelos restauros do Forte do Presépio e da Fortaleza de São Pedro de Nolasco, este último

⁶ Praças do Relógio e Frei Caetano Brandão.

⁷ Partido da Social Democracia Brasileira.

coordenado por Arruda; ou se a Prefeitura de Belém, em parceria com o governo federal, à época sob o mesmo partido político, o PT⁸, responsáveis pelas obras criticadas.

Outro conflito evidenciado está relacionado à apropriação de artefatos encontrados em sítios arqueológicos na região. A disputa entre os arqueólogos e as populações indígenas, permeada por discursos distintos, sobre qual o melhor destino a ser dado às urnas funerárias encontradas no centro de Manaus foi o foco central de matéria da *Folha de São Paulo* (Pajés do AM... 2003: 16), que no *lead* afirma que “pajés de tribos indígenas do Amazonas disseram ao Iphan que não querem a exumação de ossos achados em uma urna enterrada numa praça no centro de Manaus”. Segundo a matéria, em uma carta assinada por lideranças indígenas e entregue ao Iphan, “os pajés pediram que sejam respeitados os espíritos dos antepassados. ‘Deixando as urnas onde estão e não as removendo para lugar nenhum, respeitando a paz de espírito de cada um que ali ainda vive’. Na carta, os pajés afirmam ainda que “podemos ser cobrados destes espíritos a nossa força espiritual, tornando cada um de nós sem força para guiar o nosso povo”.

Já o arqueólogo Carlos Augusto da Silva, do Projeto Amazônia Central, que identificou no lugar cerca de 270 urnas, “disse que respeitava a decisão dos índios, mas alertou para o risco da destruição dos objetos”. Utilizando-se do Discurso da Preservação do Patrimônio Arqueológico, o arqueólogo afirma na matéria que “o perigo é a perda total do material”, já que “a urna pode se desintegrar com as altas temperaturas, de até 35°C”.

Os excertos revelam uma disputa entre diferentes atores, com discursos distintos, acerca de um mesmo objeto. Enquanto os arqueólogos se valem de um discurso com conteúdo científico e argumentos voltados para a preservação, as populações indígenas se valem de um discurso de base cultural, que defende as suas tradições. E esse confronto, político e ideológico, também ocorre nas páginas dos jornais, o que corrobora a idéia defendida por Orlandi da “linguagem como lugar de debate, de conflito” (1996: 115). Nos textos e nos silêncios ou silenciamentos podem-se verificar sentidos não aparentes, às vezes, ocultos, que, no entanto são reveladores da construção de sentidos implícitos em textos, contextos e opiniões diversos. Autores da Análise do Discurso reputam o conflito como elemento inerente à construção de estruturas discursivas.

Segundo Orlandi (1996: 13), “não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia”, afirmação que ilustra o conflito vivenciado entre pesquisadores e indígenas, na análise dos textos sobre Arqueologia. Numa disputa de poder e legitimação do conhecimento científico, as falas de pesquisadores podem, muitas vezes, se contrapor às das populações indígenas na medida em que aquele se distancia do conhecimento tradicional.

O Discurso da Educação Patrimonial

Além dos Discursos Científico e da Preservação do Patrimônio Arqueológico, o estudo identificou ainda a existência de um discurso emergente sobre a Educação Patrimonial, também inserido na vertente discursiva sobre preservação do patrimônio arqueológico. Baseado no conhecimento científico e na valorização do patrimônio arqueológico, o Discurso da Educação Patrimonial apresenta um caráter educativo, sendo articulado pelos atores sociais e pela imprensa a partir de conceitos como pesquisa arqueológica, ocupação humana, sítios arqueológicos e cultura material.

Através desse discurso, o leitor tem a oportunidade de entender melhor o conceito de Educação Patrimonial, apresentada no texto jornalístico como “ações educativas sobre o patrimônio arqueológico”, ou ainda como “um conjunto de ações, com metodologias próprias, que promove o conhecimento sobre os bens culturais, propiciando atitudes de preservação” (Vale lança livro... 2004).

Os conceitos e argumentos articulados por esse Discurso nos textos jornalísticos corroboram a idéia defendida por vários teóricos da AD, de que o discurso é uma forma de ação. Segundo Maingueneau (2005: 53), “toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir,

⁸ Partido dos Trabalhadores.

afirmar, interrogar, etc.) que visa a modificar uma situação”. Também Fairclough (2001: 91) se reporta à condição do discurso como ação: “... uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros”.

Nos textos analisados, a ação principal proposta pelo Discurso da Educação Patrimonial é a da preservação do patrimônio arqueológico, como mostra uma matéria sobre o Projeto de Educação Patrimonial na área do Sossego (CVRD e Goeldi apóiam...2004), “cujo objetivo é sensibilizar e educar a população em geral sobre a preservação de patrimônios arqueológicos existentes no Pará”. Nesse contexto, o Discurso da Educação Patrimonial está baseado na integração entre o patrimônio arqueológico e a população local através da educação. Tal idéia é defendida principalmente pela educadora e pesquisadora Janice Lima, coordenadora do Projeto que, em outra matéria, revela o seu objetivo principal: “capacitar e ensinar à população a importância da preservação dos sítios arqueológicos para a memória local e do país” (Diversidade é legado ... 2004).

Ainda segundo Janice, “a educação sempre é um processo que dá resultados a longo prazo, mas a comunidade já está bem consciente de sua importância para resgatar e produzir a história daquela região”. Já para o representante da Companhia Vale do Rio Doce - hoje, Vale - Márcio Godoy, o projeto de educação patrimonial “faz parte de uma série de ações sociais implementadas pela empresa em Canaã dos Carajás” (CVRD lança... 2004: 4). Janice Lima, no entanto, explica que “é obrigação de qualquer mineradora desenvolver trabalhos de prevenção arqueológica na área onde atua” (Educação pode... 2003: 1), pois, “de acordo com a legislação brasileira, os responsáveis por esse tipo de exploração devem desenvolver projetos para que a memória da região seja protegida” (Diversidade é... 2004: 8), dessa forma, a Vale estaria apenas “cumprindo o que determina a lei, pois a mineradora explora ouro e cobre na área do município”.

Os excertos revelam o caráter político desse Discurso, na medida em que ele “estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder” (Fairclough, 2001: 94). De fato, a educação é ação política e, como tal, se constitui em discurso. E, no caso em estudo, a educação patrimonial promovida pela Vale é um mecanismo que busca minimizar conflitos entre duas categorias que estão obrigadas, de forma pacífica ou não, a manter relações de poder: a empresa mineradora, que explora os recursos naturais da região, e a população local, formada por migrantes de diversas regiões do país.

E o interesse em cultivar boas relações com as diversas comunidades do entorno dos projetos mineradores é outro aspecto relevante desse Discurso, revelado pela análise. Em uma matéria publicada no *Diário do Pará* (CVRD lança... 2004: 4), as ações de educação patrimonial da Vale são apresentadas como um “misto de conhecimento, preservação, conservação e geração de renda para a comunidade, através do estudo prático e teórico dos sítios arqueológicos da região”. No texto, a coordenadora do projeto reafirma tal idéia ao dizer que “a continuidade dos trabalhos, que estão sendo realizados, irá fortalecer, cada vez mais, essa comunidade, criando um elo cultural muito intenso dentro de Canaã”. Em outro parágrafo, informa-se que a próxima etapa do projeto “será a introdução de aulas de empreendedorismo, onde a comunidade poderá melhorar a renda familiar através do conhecimento adquirido e aplicado”.

Conclusões

Ao utilizar a metodologia da Análise do Discurso, o estudo contribui para a compreensão de aspectos relevantes da produção de notícias sobre a Arqueologia na Amazônia, como o processo de seleção, a partir da estrutura social e de poder existente, das fontes, temas e discursos priorizados e silenciados durante a cobertura. De fato, a reflexão sobre os discursos que permearam a cobertura jornalística possibilita o entendimento de produção de sentidos, nas páginas dos jornais, a partir dos atores envolvidos com a ciência arqueológica na região. O caráter científico da temática, o silenciamento das populações indígenas e das populações locais, os conflitos e desafios relacionados à conservação e

gestão do patrimônio arqueológico, são outros fatos, revelados pela pesquisa, a partir da análise dos discursos que marcaram essa cobertura.

O estudo revela que a cobertura sobre a Arqueologia na Amazônia foi abordada, nas páginas dos jornais, a partir de duas grandes vertentes discursivas. Enquanto forma de ação, o Discurso Científico, articulado por pesquisadores, contribui para a produção de sentidos sobre o patrimônio arqueológico da região e para a democratização dos conhecimentos e acervos produzidos pela Arqueologia. Já o Discurso da Preservação do Patrimônio Arqueológico, protagonizado por diferentes atores, buscou denunciar a destruição desse patrimônio, revelando também algumas disputas relacionadas a sua gestão e conservação. Inserida nessa vertente discursiva, há um discurso emergente sobre a Educação Patrimonial, que defende a integração entre a população local e o patrimônio arqueológico através da educação.

A predominância do caráter científico na cobertura jornalística, através dos temas que pautaram a agenda da imprensa escrita; dos atores sociais utilizados enquanto fontes de informação pelos jornalistas; e dos discursos articulados por esses atores nas páginas dos jornais; é outro importante aspecto revelado pela pesquisa. A predominância do Discurso Científico, na estrutura dos textos jornalísticos sobre Arqueologia, reafirma o seu objetivo principal, que é a investigação científica relacionada aos processos de descoberta, salvamento, estudo de sítios e artefatos arqueológicos e elaboração de novas teorias sobre as origens da ocupação humana na Amazônia, contribuindo, dessa forma, para a construção de significados sobre as populações ancestrais que habitaram a região.

A preservação do patrimônio arqueológico foi outro importante tema, pois apresentou um discurso próprio, articulado por diferentes atores: pesquisadores, gestores públicos, organizações não-governamentais, entre outros. A análise desse tema e, conseqüentemente do seu Discurso, revelou uma série de conflitos, entre esses atores, ou divergências de idéias, sobre a gestão e conservação desse patrimônio. E, foi na esfera da linguagem, lugar de debates e conflitos segundo Orlandi (1996), que ocorreu a disputa pelo poder do gerenciamento do patrimônio histórico.

Já as ações de educação patrimonial inseriram na pauta jornalística um conceito e um discurso ainda pouco conhecidos tanto pelos jornalistas quanto pelos leitores. Financiada pela iniciativa privada – por obrigação legal -, a Educação Patrimonial é legitimada, através do discurso, como uma prática educativa voltada para sensibilizar a população sobre a importância de se preservar o patrimônio arqueológico local, revelando-se ainda como mecanismo voltado para minimizar conflitos.

Ainda sobre o papel dos atores sociais no cenário da Arqueologia, o estudo mostra uma relação conflitante entre os produtores de notícia e as populações indígenas, fato este já registrado em estudos anteriores, o que impede que os grupos indígenas tenham uma participação mais efetiva na cobertura jornalística. A imprensa, seja nacional ou local, não tem dado a devida importância aos discursos e interesses dessas populações, que possuem uma ligação direta com o tema analisado. O mesmo não acontece, por exemplo, com representantes das empresas e entidades privadas ou das organizações não-governamentais que, no mais das vezes, se constituem fontes jornalísticas tradicionais.

Referências Bibliográficas

- Fairclough, Norman. (2001). *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Foucault, Michel. (2004). *A Ordem do discurso*. 10ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Funari, Pedro P. A. (1998). *Arqueologia*. São Paulo: Editora Ática.
- Maingueneau, Dominique. (2005). *Análise de Textos de Comunicação*. 4ª ed. São Paulo: Cortez.
- Orlandi, Eni P. (1996). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes.

Wolf, Mauro. (1995). *Teorias da Comunicação*. 4ª ed. Portugal: Editora Presença.

Relação dos textos jornalísticos citados no artigo

Urnas pré-históricas destruídas em Manaus. O Liberal. Belém (PA), 12 jan 2001. Matéria. Caderno Atualidades, Editoria Cidade. p.6

Cultura tapajônica é pesquisada. O Liberal. Belém (PA), 24 nov 2001. Matéria. Caderno Atualidades, Editoria Cidades. p. 9

Pesquisa revoluciona estudos da Pré-História da Amazônia. Folha do Meio Ambiente (on-line). Brasília (DF), 25 jul 2001. Matéria. Ano 12 – n 117

O fumo na pré-história amazônica. Ciência Hoje (on line). Belém (PA), 19 mar 2002. Matéria.

Pilhagem na memória. O Paraense. Belém (PA), 30 ago 2002. Matéria. Caderno 2. p.1

Pajés do AM já protestam contra escavações de urnas de 1300 anos. Folha de São Paulo. São Paulo (SP), 29 ago 2003. Matéria. Caderno Folha Ciência. p. 16

Goeldi conclui etapa que visa salvar sítios arqueológicos. O Liberal. Belém (PA), 20 dez 2002. Matéria. Caderno Atualidades, Editoria Cidades. p.5

Educação pode evitar destruição de patrimônio. O Liberal. Belém (PA), 20 abr 2003. Matéria. Caderno Cartaz. p. 1

Pesquisa arqueológica ajuda a desvender história de Belém. Jornal da Ciência, 26 fev 2003. Matéria. Caderno Notícias.

Civilização do Xingu tinha estradas e pontes. Folha de São Paulo. São Paulo (SP), 19 set 2003. Matéria. Caderno Folha Ciência. p.14

Amazônia da época de Colombo foi habitada por sociedades numerosas. O Liberal. Belém (PA), 19 set 2003. Matéria. Caderno Cidades, Editoria Atualidades. p. 3

Os Pré-colombianos do Xingu. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro (RJ), 19 set 2003. Matéria. Caderno País. p. 6

Quadrilhas saqueiam tesouros marajoaras. O Liberal. Belém (PA), 18 abr 2004. Matéria. Caderno Atualidades, Editoria Cidades. p. 5

Obras ameaçam a riqueza arqueológica. Diário do Pará. Belém (PA), 27 jul 2004. Matéria. Caderno Cidades. p. 3

Diversidade é legado na área do Sossego. Diário do Pará. Belém (PA), 27 ago 2004. Matéria. Caderno Cidades. p. 8

Vale lança livro sobre educação patrimonial. Diário do Pará. Belém (PA), 28 ago 2004. Matéria. Caderno Regional. p. 3

Cvrd lança livro sobre o projeto de Educação Patrimonial. Diário do Pará. Belém (PA), 31 ago 2004. Matéria. Caderno Regional. p. 4

Cvrd e Goeldi apóiam preservação arqueológica. Diário do Pará. Belém (PA), 4 set 2004. Matéria. Caderno Regional. p. 3